

NOTA INTRODUTÓRIA À TRADUÇÃO DE *MÁS ALLÁ DEL MÉRITO* (DIEGO TATIÁN)

FERNANDO BONADIA DE OLIVEIRA *

A ATUALIDADE POLÍTICA DO PROBLEMA DO MÉRITO

“*Más allá del mérito*”, texto publicado no livro *Spinoza y el amor del mundo* (2004) de Diego Tatián, dialoga de perto com um problema que vem sendo cada vez mais experimentado no campo da educação e, em especial, no campo das políticas educacionais do Brasil: a meritocracia. Quem já conhece o estilo e o traço do professor argentino sabe que uma nota introdutória simples e curta não seria absolutamente necessária. Este texto, como vários outros do autor, se justifica por si mesmo pela relevância do tema e pelo modo de argumentar, podendo causar o interesse de estudiosos da Filosofia, do Direito, da Sociologia, da Economia e de áreas semelhantes. No entanto, o motivo de traduzi-lo decorreu de um interesse profundo da área da Pedagogia. Tatián, professor de Filosofia na Universidade Nacional de Córdoba (UNC), escreveu, entre outros livros, *La cautela del salvaje* (2001), *El lado oscuro* (2004), *Baruch* (2012), *Lo impropio* (2013) e *Spinoza. Filosofía terrena* (2014); já esteve no Brasil, onde ministrou cursos e proferiu palestras. Entre tantos textos assinados por ele, todos dignos de tradução, convém explicar o porquê de termos escolhido justamente “*Más allá del mérito*” para oferecer agora em língua portuguesa¹.

O grupo político que assumiu ilegitimamente o governo federal brasileiro em 2016 delegou para o Partido Progressista (PP), na pessoa de Mendonça Filho, o controle do Ministério da Educação (MEC). Apesar disso, segundo informações circuladas na grande mídia (CAFARDO, 2018), o nome forte da pasta era a

secretária executiva, Maria Helena Guimarães de Castro, que ocupara a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo durante uma das gestões do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) entre 2007 e 2009. Há tempos administrado por este partido, o Estado de São Paulo tem conduzido a pasta da Educação mediante uma política educacional de orientação meritocrática com estratégias de “valorização dos bons talentos” estudantis e de concessão de “bônus” para escolas e professores ditos produtivos e eficientes. Em certos grupos sociais, há muita convicção em torno da ideia de que o mérito (ou a política pública baseada na noção de mérito) possa vir a produzir bons resultados².

O discurso em defesa da meritocracia que circulou em 2018 na campanha eleitoral de Geraldo Alckmin (PSDB) para a presidência da República serve de espelho da segurança com que alguns políticos se autorizam a lançar mão das noções complexas de *prêmio* e *punição*. Em sua marcha eleitoral para granjear eleitores, Alckmin afirmou que a “profissão docente” era “uma questão central”, afinal, “não tem escola boa se não tiver bons professores”. Para ele, assim como o “reconhecimento” profissional, o “aperfeiçoamento permanente” e a “valorização” da “carreira” com bom “salário” são aspectos também importantes para a educação.

2 Como veremos adiante, de acordo com Renato Meirelles, o brasileiro é majoritariamente a favor meritocracia. Os dados disponíveis sobre o assunto, presentes nas redes, são controversos. Para Livia Barbosa (2014, p. 85), os funcionários de organizações brasileiras são em sua maioria contra a meritocracia. “Por que”, pergunta a autora, “a sociedade e o público interno das organizações brasileiras desenvolvem mais discursos que rejeitam do que demandam a meritocracia? Por que, por um lado, a ideologia meritocrática é criticada e/ou temida como algo externo e ameaçador ao tecido organizacional e à própria sociedade, mas por outro, o mau desempenho, a ausência de responsabilização pelos próprios resultados e os privilégios não parecem causar danos?”. Diante do impasse, afirmamos que a aceitação do discurso da meritocracia ocorre em certos “grupos sociais”.

* Doutor em Filosofia pela UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO e Professor na UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ.

1 Em português, Diego Tatián já publicou dois textos: com tradução de Mariana de Gainza, o artigo “Filosofia e revelação no *Tratado Teológico-Político* de Espinosa” (2005) e, com tradução de Cristina Antunes, o capítulo “A invenção e a herança: notas preliminares para uma universidade aberta” (2015).

Como atrair o jovem da universidade, os melhores talentos, os melhores quadros, para o magistério? Nós até estudamos uma “bolsa professor futuro”, onde nós vamos identificar na universidade bons talentos, dar a ele [ao jovem] uma bolsa, estimulá-lo, depois também na universidade, para que ele se dedique ao magistério.

O ex-governador e ex-candidato não teve dúvida de como seria entendido por quem ele desejava ser entendido ao afirmar: “Eu sou favorável à meritocracia, sou favorável a você dar estímulos, para obter resultados” (G1, 2018).

Ao longo da gestão encabeçada por Maria Helena Guimarães de Castro na Secretaria Executiva do MEC de Michel Temer, de 2016 a 2018, o discurso da meritocracia rondou – ora mais, ora menos – os debates educacionais no Brasil. Por mais que atualmente (2019) a gestão corrosiva do MEC de Jair Bolsonaro esteja impondo outros obstáculos para os educadores e estudantes brasileiros que lutam por uma educação democrática, o tema do mérito permanece atual³.

Espinosa, filósofo que se colocou sempre contra a lógica de premiação-castigo, oferece uma injeção crítica contra o princípio da meritocracia. Ele implode, “objetiva e explicitamente” a “ideia de mérito”, conforme afirma Tatián. A análise construída em “*Más allá del mérito*” tem a qualidade de contextualizar o debate sobre o mérito no século XVII – o século em que viveu Espinosa – e, ainda que indiretamente, dialogar com os impasses do Brasil e da educação brasileira neste princípio de século XXI.

Como introdução pedagógica para a leitura do texto de Tatián, cabe entender como o discurso da meritocracia aparece nos meios de comunicação brasileiros e se apresenta para o senso comum. Exporemos, brevemente, o que unifica essas manifestações em defesa da meritocracia e, em seguida, mostraremos como o trabalho de Tatián contribui para a negação do que chamamos de uma *concepção mercadológica da vida*.

O SENSO COMUM EM TORNO DA MERITOCRACIA

Na edição do dia 17 de maio de 2011 do telejornal “Bom dia Brasil” da Rede Globo de Televisão⁴, a âncora Renata Vasconcellos solicitou ao jornalista Alexandre Garcia⁵ comentários sobre o livro *Por uma vida melhor* (BRASIL, 2011), distribuído pelo MEC para as escolas. Este volume continha uma série de orientações que visavam extirpar o preconceito linguístico do espaço escolar. Indicado durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), o livro causou uma série de polêmicas, pois diversos setores da mídia o condenaram veementemente por supostamente banalizar a língua culta e a gramática normativa. Entretanto, como veio a ser posteriormente esclarecido, pouquíssimos efetivamente leram o material e mesmo os que leram não parecem ter entendido o intuito da obra. A âncora, ao conceder a palavra a Garcia, advertiu: “o Ministério da Educação esclareceu que a norma culta da Língua Portuguesa vai ser sempre exigida nas provas e nas avaliações. Que isso fique bem claro!”. Inútil advertência. Na parte central de seu recurso argumentativo de ataque ao *Por uma vida melhor*, Garcia afirmou que, no Brasil, “alunos analfabetos passam automaticamente de ano para não serem constrangidos” e que “se aprova a frase errada para não constranger” o estudante. Até esse ponto nada surpreende, pois facilmente reconhecemos a malevolência com que a grande mídia sempre tentou arruinar governos progressistas. O caso em pauta parece ser apenas mais um gesto da ofensiva de certos grupos da grande imprensa contra políticas ou ações favoráveis às minorias e aos seus direitos.

O curioso do episódio é que, sob o invólucro de uma crítica superficial a um livro que explicitamente não leu, Garcia expôs a propaganda de um ideal de educação que se coaduna perfeitamente com a diretriz que o MEC passou a adotar ostensivamente depois do golpe de 2016. O discurso, apesar de ser jornalístico e opinativo, é um exemplo de como no Brasil – contraditoriamente – o pensamento

3 A grande mídia informa que a meritocracia continua sendo o grande princípio dos grupos que defendem o Programa “Future-se”, proposto pelo atual ministro da Educação Abraham Weintraub, empossado em abril de 2019 (G1, 2019).

4 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ym6d0APxnP4>> Acesso: 20 nov. 2019.

5 Alexandre Garcia, atuante no jornalismo nacional desde os quinze anos, trabalha na empresa acima mencionada; tornou-se porta-voz do general-presidente Figueiredo durante a fase final da ditadura militar.

educacional geralmente idealizado tende a se construir em chave autoritária, pela defesa da educação tradicional e rígida, muito mais de tipo jesuíta do que propriamente liberal, como seria de se esperar.

Assim inicia o jornalista: “Quando eu estava no primeiro ano do grupo escolar e a gente falava errado, a professora nos corrigia, porque ela estava nos preparando para vencer na vida”. Garcia, nascido no final de 1940, provavelmente frequentou o “grupo escolar” na segunda metade dessa década, e deve ter obtido alguma formação humanista, pois já aos quinze anos atuava como locutor na rádio. A escola do final dos anos 1940 era – como sabem os historiadores da educação brasileira – uma escola voltada a formar com requinte de qualidade as crianças que nela chegavam com um mínimo de cultura burguesa. Contudo, as crianças despidas da cultura burguesa e distantes, por sua condição social, dos conteúdos e conhecimentos veiculados nessa escola, fracassavam sistematicamente quando chegavam a frequentá-la. O Censo de 1940 revelou que a taxa de analfabetismo no Brasil era de mais de 56% em população com idade superior a quinze anos (BRASIL, s/d).

A escola do tempo de Alexandre Garcia – tenha sido ela pública ou privada – foi uma escola excludente⁶. Se sua professora, de fato, atuava pedagogicamente para que seus alunos “vencessem” na vida, ela provavelmente desconhecia a realidade nacional (desigual e injusta) do país ou era, como ele, liberal de estilo contraditoriamente autoritário. Os privilegiados e favorecidos da escola de cultura burguesa não são, nessa concepção, nem privilegiados, nem favorecidos, mas parte de uma família que, no passado, teve sua oportunidade e lutou para aproveitá-la até sagrar-se com glória (FREITAS, 2018). Na lógica educacional de Garcia, o professor cumpre seu mandato didático porque retifica (ele “corrige”), reprova (não aprovaria um estudante “analfabeto”) e censura (adverte a “frase errada”). Ao censurar, reprovar e

6 Em *Grandezas e misérias do ensino brasileiro*, Werebe (1963) descreve a escassez de recursos do Estado para a educação entre as décadas de 40 e 60 (p. 67-68); a situação de precariedade das escolas brasileiras se exprime na limitada expansão das escolas no Brasil (p. 90) e, inclusive, no ensino do Rio Grande do Sul (Estado natal de Alexandre Garcia). Ver também a abordagem de Valle & Ruschel (2009, p. 183) a respeito da seletividade do ensino brasileiro entre 1930 e 1945.

retificar as crianças que não “trazem de casa” a norma gramatical bem sedimentada, o professor estaria, nas palavras do jornalista, “libertando” os educandos, pois fortaleceria sua “capacidade de se comunicar”. Entenda-se bem: corrigindo, excluindo e censurando é que se educa.

Conquanto seja justamente o oposto do que os linguistas e pedagogos estão dizendo nos últimos cem anos, Garcia acredita que pela censura e pela reprovação do modo de falar das crianças oriundas da classe trabalhadora é que, em suas palavras, “a educação liberta e torna a vida melhor, porque nos livra da ignorância que é essa condenação a uma vida difícil”. Um jogo entre liberdade e condenação é posto em pauta: a educação, ao libertar o sujeito da ignorância, evita a condenação a uma “vida difícil”.

Uma vida difícil?

O sentido do argumento dá a entender que a educação prepara o indivíduo para que possa ter uma vida fácil, trabalhando pouco, em boas condições, com um salário digno e realizador. Ocorre que, como de praxe nas teses educacionais liberais, esquece-se que no interior de uma sociedade como a brasileira, estruturalmente desigual, historicamente autoritária e profundamente excludente, as oportunidades faltam e, de qualquer maneira, mesmo que todos tenham oportunidade e saibam aproveitá-la, alguém terá de realizar o “trabalho difícil” da produção capitalista que mantém as riquezas e os luxos de uma minoria. A teoria liberal despreza sistematicamente a quantidade de pessoas que nunca teve oportunidade efetiva na vida, bem como a quantidade daqueles que, tendo aproveitado com excelência suas oportunidades, mesmo assim, por pressão social e econômica do sistema e das crises, nunca puderam chegar a lugar nenhum.

Apesar desses lapsos da memória liberal, o fato é que o discurso de Garcia se queixa da orientação de *Por uma vida melhor* porque “abole o mérito”⁷. Ao finalizar seu discurso

7 Nas palavras do jornalista: “Na moda do politicamente correto, [*Por uma vida melhor*] defende o endosso ao falar errado para evitar um preconceito linguístico. Ainda hoje, todos vimos o chefão do FMI algemado. Aqui no Brasil, ele não seria algemado, porque não ofereceria risco à sua custódia. No Brasil, algemas constroem o detido. Aqui no Brasil, alunos analfabetos passam automaticamente de ano para não serem constrangidos. *Aboliu-se o mérito*, e agora se aprova a frase errada para não constranger” (itálicos inseridos por nós).

(consciente ou inconsciente) contra as minorias que enfrentam desigualdades absurdas na vida cotidiana por seu modo de usar a linguagem, ele declara que a Coreia e a China cresceram nos resultados internacionais da avaliação educacional, oferecendo uma “educação rígida, tradicional, competitiva e premiando o mérito”. E arremata: “Aqui [no Brasil], com a chancela para a ignorância que infelicita, estamos apontando para o sentido contrário”.

A posição acima descortina um misto de dois tipos de consciência que Paulo Freire (2002, p. 68; 71), a partir da teoria de Álvaro Vieira Pinto, designou de “consciência intransitiva” e “consciência transitivo-ingênua”. A primeira forma de consciência, fatalista e fanatizada, resiste à transição, tende a uma forma vegetativa de vida. A segunda forma, incapaz de ir à raiz dos problemas que a realidade oferece, contempla ingenuamente a transformação como um ato mágico; neste caso, o modelo sempre é a tradição, os professores de antigamente, o mundo de antigamente. As palavras de Garcia explicitam uma nítida incapacidade de apreender o que escapa à sua esfera vivencial mais imediata.

Há também casos típicos de uma pura consciência transitivo-ingênua a respeito do mérito, uma consciência que já é capaz de perceber claramente a necessidade da transição e da mudança nos procedimentos meritocráticos, mas que resulta ingênua por não fazer com a devida profundidade a análise histórica, incidindo em argumentos de frágeis pressupostos. Exemplo desse tipo de posição foi a do executivo brasileiro Renato Meirelles no Programa Voz Ativa⁸.

Ao tratar do que chamou de “falsa polêmica entre meritocracia e oportunidade”, Meirelles analisou o conflito entre as posturas da direita e as da esquerda quanto ao problema do mérito. Segundo ele, a direita, sob a orientação do ditado “não se deve dar o peixe mas ensinar a pescar”, incentiva a lógica do mérito em um país com baixíssimo índice de igualdade social; a esquerda, por sua vez, combate a doutrina do mérito sob a alegação de que é uma absoluta falácia. Visando seguir uma espécie de terceira via, o entrevistado de Voz Ativa se posicionou assim:

Eu defendo a meritocracia. Eu e a grande maioria dos brasileiros. Eu defendo o direito de

que se possa saber que quanto mais ralar e quanto mais trabalhar, mais longe vai conseguir chegar. Agora, eu sou um homem, branco, terceira geração de universitários da minha família, que nasceu em São Paulo. E só pelo simples fato de ser um homem branco que nasceu em São Paulo eu ganho 60% mais do que uma mulher negra de ensino superior que nasceu em São Paulo. Então, eu não ganhei os 60% a mais que eu ganho porque eu tive mais mérito que essa mulher negra. É porque eu larguei na frente. E não existe meritocracia sem existir igualdade de oportunidades. Só que a esquerda e a direita só ficam em torno dessa falsa polêmica. É condição da meritocracia todos largarem do mesmo lugar.

Por que uma posição como essa, apesar de descobrir os limites do mero elogio à meritocracia, persiste ainda em uma compreensão ingênua do problema? O diagnóstico é preciso: o “simples fato” de ter nascido homem e branco em uma cidade como São Paulo já determina por si mesmo, de antemão, toda uma série de vantagens que não se pode atribuir, no Brasil de hoje, a uma mulher negra. Mas a conclusão de que a “condição da meritocracia” é uma questão de “largada” com todos na mesma linha evidencia a ingenuidade do raciocínio para o qual, iniciada a “corrida” em condições de igualdade, então já poderemos premiar e punir a cada um mediante o mérito ou o demérito próprio. A fraqueza da conclusão obtida por Meirelles se deve à incapacidade de adiantar uma pergunta: se todos largarem no mesmo lugar, haverá algum sentido em se manter a meritocracia? Ora, se cada um puder ir – graças a uma igualdade social finalmente instituída – ao máximo de suas potencialidades individuais e puder, além disso, ver todos os outros também alcançando o que puderam alcançar, qual será o motivo para premiar alguém que fez o que naturalmente podia fazer, ou para punir alguém por não ter feito o que naturalmente não podia fazer⁹.

A gênese da incapacidade de passar para a pergunta que revela a falsidade do pensamento oferecido ao público tem como força motriz a ideologia segundo a qual a vida é (ou pode vir a ser) uma corrida justa, na qual o mais qualificado sempre vence. Nessa vertente, a natureza das coisas guarda misticamente a lei

8 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lmkurs5QXFM>> Acesso: 20 nov. 2019.

9 Empregamos “naturalmente” para assinalar o máximo que cada um pode fazer mediante a constituição singular de sua própria natureza, uma vez liberada – em condições de igualdade com as demais – para atingir o seu máximo.

da competição; viver é competir e a política é a arte de estabelecer uma competição justa. Mas de onde poderá vir a justificação última dessa lógica meritocrática, senão de quem tem uma concepção mercadológica da própria vida?

POR UMA DESCONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO MERCADOLÓGICA DA VIDA

A palavra “mérito”, de acordo com a abordagem de Tatián, se liga ao mesmo campo semântico dos vocábulos “mercenário”, “salário” “mercado” e “mercadoria”, donde não vem a ser nenhum disparate que todos os que argumentam em favor da lógica da meritocracia tenham, consciente ou inconscientemente, uma visão mercadológica da existência.

Sob a ótica espinosana – interpretada rigorosamente por Tatián – nem a felicidade, nem a inteligência, nem a vida livre podem ser entendidas como mercadorias, isto é, como um resultado do mérito; “procedem sim de uma atividade”, mas devem ser “cuidadosamente distinguidas” da noção de mérito ou de qualquer outra similar. “Nenhuma ação é digna de recompensa, da mesma maneira que não é uma árvore que dá seus frutos”. Espinosa (2009, p. 134) mostrou no *Tratado Político* (X, §8) que as estátuas e os símbolos públicos são, como outros “incentivos à virtude”, dignos de serem atribuídos a escravos e não a seres livres. No entender de Espinosa, de acordo com as palavras de Tatián, “mérito e demérito só são formas da imaginação que promovem condutas e paixões sem lugar nenhum no homem livre”. O ser humano capaz de entender “que não é sujeito de sua própria potência, ou melhor, da potência que ele mesmo é” (pois sabe que nenhuma de suas ações pode ter dependido exclusivamente dele mesmo para existir) não vê como justo o prêmio que ganha por ter agido de tal maneira, ou o castigo que recebe por ter feito esta ou aquela coisa.

É bem verdade que Tatián não menciona, em seu brilhante escrito, o problema da educação, tampouco discute a meritocracia aplicada às políticas públicas para a educação; sua argumentação é filosófica e conceitual, pois se vale do repertório de estudos sobre o tema do mérito e da leitura que outros filósofos, posteriores a Espinosa, fizeram dele. Mas no escólio da proposição 55 da Parte III da *Ética*, quando o filósofo afirma que a mente se

entristece cada vez que contempla sua própria impotência, emerge uma íntima relação entre a prática de atribuir prêmios ou castigos e a forma de educar as crianças. “Os homens”, escreve ele, “são por natureza inclinados ao Ódio e à Inveja, ao que se ajunta a própria educação. Pois os pais costumam incitar os filhos à virtude somente com o estímulo da Honra e da Inveja” (ESPINOSA, 2015a, p. 325).

Espinosa, na passagem acima transcrita, problematiza a honra – e não o mérito – como meio de estimular a prática da virtude. Entretanto, no contexto educacional e pedagógico, a honra e a desonra são alcançadas com base no recurso a prêmios e castigos, práticas que se articulam, respectivamente, às noções de mérito e demérito. Cada vez que um educador (seja pai ou professor) incentiva na criança a busca do bom desempenho pelo desejo de ter o mérito de ser “o primeiro da turma” ou pela aversão a ter o demérito de ser o segundo, o terceiro ou o último, ele nada faz senão reforçar a inclinação natural daquele indivíduo às paixões tristes; educa-o para a servidão, não para a liberdade. Conforme assegura o *Tratado da Emenda do Intelecto* (§5), a honra representa um grande problema, uma vez que para consegui-la necessitamos adaptar a nossa vida ao modo de pensar dos outros, e com isso, ficamos sempre a fugir do que em geral todos fogem e a procurar o que todos igualmente procuram (ESPINOSA, 2015b, p. 29). A educação para a liberdade, ao contrário, é aquela que reforça no indivíduo o desejo de agir independentemente, sob o império da própria razão, e não das determinações alheias.

Já afirmamos que pedagogia de Alckimin tem rondado o Ministério da Educação com intensidade cada vez maior nos últimos três anos. Ela se orienta para reforçar nos aprendizes o desejo de reconhecimento definido por critérios extrínsecos de avaliações em larga escala; ao mesmo tempo, se empenha em produzir a lógica segundo a qual o professorado deve procurar todos os meios de atingir resultados estipulados por instâncias estranhas à escola. Todos os móveis da ação pedagógica (de aprender e de ensinar) vêm de fora. Frequentemente tais políticas de reconhecimento do mérito e de atribuição de bônus nos impedem de pensar a que visam e a qual resultado chegam. Por um lado, valendo-se da contínua manutenção das

desigualdades de aprendizagem, premia os que se submetem ao sistema de provas e castiga os menos aptos ao enfrentamento da selva delirante dos exames. Por outro lado, valendo-se da contínua manutenção da precarização do trabalho docente, bonifica os professores que dispõem dos melhores meios de adequação aos critérios rigidamente estabelecidos de avaliação docente, onerando, ainda mais, os que carecem de todos os meios necessários para ensinar. Nos dois casos, em relação ao estudante e ao professor, o processo é marcado por um soldo, uma mercadoria: o primeiro ganha bolsa, o segundo, bônus.

Tatián, embora não tenha tido esse objetivo, mostra-nos como a meritocracia em educação desenvolve um sistema de ensino – inclusive do ponto de vista etimológico – mercenário¹⁰. A visibilidade desta face mercenária do mérito no âmbito dos processos de ensino se manifesta com mais nitidez na versão negativa, ou seja, naqueles que não alcançam o bônus, naqueles que não conseguem a bolsa; a esses, a meritocracia só tem a oferecer a promessa de “aperfeiçoamento permanente”, já que, criado o jogo mercenário, o aperfeiçoamento dos “imperfeitos” só poderá mesmo ser permanente, e jamais alcançável.

“Para além do mérito”, em língua portuguesa, pode contribuir para organizarmos uma crítica à meritocracia brasileira a partir da Filosofia da Educação, afinal, o trabalho de superação do mérito passa por uma questão filosófica essencial, e que é justamente aquela pela qual Tatián começa seu escrito: o livre-arbítrio.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) / Ministério da Educação (MEC), s/d. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao//assetpublisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/485756>> Acesso em: 13 out. 2018>.

BRASIL. **Por uma vida melhor**: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro. São Paulo: Ação Educativa, maio/jun. 2011.

BARBOSA, Lívia. **Meritocracia e sociedade brasileira**. *Pensata*, São Paulo, v. 54, n. 1., jan-fev 2014, p. 80-85.

CAFARDO, Renata. **Maria Helena Guimarães deixa Ministério da Educação** (07.05.2018). Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maria-helena-guimaraes-deixa-o-ministerio-da-educacao,70002298474/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

ESPINOSA, Baruch. **Tratado Político**. Tradução: Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ESPINOSA, Bento. **Ética**. Tradução: Grupo de Estudos Espinosanos. São Paulo: Edusp, 2015a.

ESPINOSA, Bento. **Tratado da Emenda do Intelecto**. Tradução: Cristiano Rezende. Campinas: Editora da Unicamp, 2015b.

FREITAS, Luiz Carlos. **A BNCC e a salvação dos pobres pela resiliência**. 08/03/2018. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/08/a-bncc-e-a-salvacao-dos-pobres-pela-resiliencia/>> Acesso em: 13 out. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

G1. **Alckmin diz que vai investir em educação infantil e universalizar matrículas na pré-escola**, 15/08/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/15/alckmin-diz-que-vai-investir-em-educacao-infantil-e-universalizar-matriculas-na-pre-escola.ghtml>> Acesso: 20 nov. 2019.

G1. **Future-se deverá priorizar fundações de apoio em vez de organizações sociais**, 06/08/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>

10 Em tempo: “mercenário” significa “que é assoldado”, que “serve por um preço ou soldo ajustado”; “que age ou trabalha apenas por interesse financeiro”, “por (...) algo que represente vantagens materiais”.

com/educacao/noticia/2019/08/06/future-se-devera-priorizar-fundacoes-de-apoio-em-vez-de-organizacoes-sociais-e-incluir-ate-concurso-publico-propoe-confies.ghtml> Acesso: 20 nov. 2019.

TATIÁN, Diego. ***Spinoza y el amor del mundo***. Buenos Aires: Altamira, 2004.

TATIÁN, Diego. **Filosofia e revelação no Tratado Teológico-Político de Espinosa**. Tradução: Mariana de Gainza. In: *Cadernos Espinosanos*, nº XII, São Paulo, p. 63-83, 2005.

TATIÁN, Diego. A invenção e a herança: notas preliminares para uma universidade aberta. Tradução: Cristina Antunes. In: ROCHA, André; CALDERONI, David; JUSTO, Marcelo. **Construções da felicidade**. Belo Horizonte: Autêntica / NUPSI-USP, 2015, p. 233-244.

VALLE, Ione; RUSCHEL, Elizete. A meritocracia na política educacional brasileira (1930-2000). **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 22, n. 1, p. 179-206, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872009000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 07 dez. 2019.

WEREBE, Maria José. **Grandezas e misérias do ensino brasileiro**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

